



TOLEDO, Conceição Arruda. Brasão de Campinas. Diário do Povo, Campinas, 30 jul. 1977.

Brasão de Campinas

Campinas, no período republicano, foi a primeira cidade brasileira a possuir o seu brasão, por proposta à Câmara pelo então vereador Dr. Ricardo G. Daunt, aprovada a 30-12-1889, embora sua história permanecesse ignorada até o ano de 1936, quando a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo publicou a monografia "A Pedra d'Armas de Campinas", ensaio crítico-histórico de autoria de Aristides Monteiro de Carvalho e Silva, ilustrado por Roberto Thut.

O "Almanache Histórico e Estatístico de Campinas-1912" traz um esboço descritivo do emblema feito por Benedito Otávio, em que há este tópico: "...Como diz o lema de seu brasão, que é uma fênix de ouro em campo azul..."

Leopoldo Amaral, secretário ad-hoc da Câmara na ocasião da sua instituição, descreveu-o em "Campinas-Recordações", 1927, relatando as dificuldades do Dr. Ricardo e as manobras realizadas para obter a aprovação do projeto.

Outras divulgações referiram-se ao brasão de Campinas, incorrendo, porém, em enganos, propiciando confusões: "...uma fênix de prata..." quando a gravura que a ilustra é de ouro sobre imortalidade de vermelho (?) (Clovis Ribeiro in "Brasões e Bandeiras do Brasil" — 1937).

Esclarecimentos, transcrições de cartas, documentos, desenhos, publicações, etc. constam da primeira parte de uma alentada obra: "Insignias de Campinas e sua História", de autoria de Aristides Monteiro, in memoriam de Roberto Thut, co-autor da reforma e modernização do brasão, conservando-lhe a simbologia, em 1937, e que vigorou até 1973, "intempestivamente alterado" pela lei 4.335, de 6-11-1973, assinada pelo ex-prefeito Lauro

A segunda parte do livro aborda justamente "O Novo Brasão de Campinas", na qual são exaustivamente dissecadas as razões da alteração, com argumentação notável. Citações inúmeras de autores, exemplificações, paralelos, seme-

lhanças, influências, etc. são ali claramente expostos, permitindo até ao leigo a eliminação de dúvidas sobre a sua irrepreensibilidade dentro das mais exigentes regras estabelecidas pela Armaria.

Quando da alteração em 1937, após demoradas e pacientes consultas, ouvida a Comissão de Educação, por solicitação da de Justiça da C. M., foi emitido por aquela o parecer favorável, no qual declarava haver os autores tornado "correto, digno, irrepreensível e belo o brasão de Campinas", fazendo "jus à admiração e gratidão de seus patricios". Assinavam-no: J. Penido Burnier, Cunha Campos e Joaquim de Castro Tibiricá.

Os jornais "Estado de S. Paulo" e "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro deram grande destaque ao fato.

"A bem da verdade histórica" o autor examinou na terceira parte "O Atual Brasão de Campinas", historiando toda a questão que levou o ex-prefeito a "intempestivamente" efetuar modificações, incorrendo em erros e distanciando-se da tradição heráldica municipal brasileira.

Após a explanação chega às "Conclusões", reafirmando a irrepreensibilidade do brasão instituído em 1937 e apontando os fundamentos insustentáveis em que se baseia a lei que o alterou. Em um "Apêndice" analisou ainda o seio e a bandeira de Campinas, historiando as normas e os critérios para a composição dessas insignias.

Acerca dessa obra (inédita) escreveu o eminente heraldista Edison Muller: "...não sei o que admirar mais: se a importância da matéria versada; se o valor da bibliografia escolhida e atualizada; se o estilo primoroso que nos envolve emocionalmente, primeiro nas sutis manobras do Dr. Ricardo, depois nas tristes e deploráveis ocorrências de 1973; se a argumentação irrefutável..."

Prefeito Amaral. Srs. vereadores: vamos rever o brasão de Campinas e torná-lo novamente "correto, digno, irrepreensível e belo?"